

Informação é poder*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Publicado em: 15/01/2004

São notórias as dificuldades que o cidadão comum tem para acessar informações sobre a gestão pública. Sem essas informações não há como discutir prioridades, não há como discutir a destinação das verbas públicas.

É comum que, depois de um enorme esforço de organização coletiva, as reivindicações populares por mais escolas, postos de saúde, pelo asfaltamento da rua, por mais segurança, muitas vezes, fiquem no ar pela falta dessas informações ou dependam dos votos que a região possa oferecer ao político que decide sobre a destinação das verbas públicas.

Essa manipulação da pobreza, das necessidades dos serviços públicos, só é possível porque a grande maioria dos governos, tradicionalmente, oculta os processos de decisão e a destinação dos recursos públicos. Assim garantem, em primeiro lugar, os privilégios para os grupos que representam; em segundo lugar, os votos para a continuidade deste ciclo perverso de dependência política.

Nos últimos 20 anos essa forma de governar tem sido desafiada por muitas lutas sociais que passaram a exigir prestações de contas e a participação popular nas decisões sobre as políticas públicas. O movimento de saúde talvez seja o que mais conquistas obteve. Das suas lutas surgiram os conselhos de gestão e as conferências de saúde municipais, estaduais, e nacional.

Por força da participação popular na elaboração da nova Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, outras políticas públicas seguiram o modelo de gestão da Saúde e criaram também seus conselhos de gestão e suas conferências municipais, estaduais e nacional.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada recentemente, passou a obrigar que todos governos municipais tornem público um balanço mensal e uma consolidação mais detalhada de seus gastos a cada três meses.

As resistências a esta transparência na gestão pública, entretanto, são grandes. Elas se expressam pelo uso de uma linguagem cifrada, do discurso técnico, pela apresentação de dados agregados que impedem a identificação da destinação efetiva dos gastos anunciados. Mesmo em cidades como São Paulo, onde existe via internet um sistema informatizado de acompanhamento do gasto público — o que é um avanço em relação às demais cidades — a utilização destas informações pelo cidadão comum é

impossível. Mesmo economistas e administradores públicos têm de se capacitar para acessá-lo.

Quanto a avaliações quantitativas e qualitativas das políticas públicas municipais, estas também enfrentam resistências. Se o tamanho do cobertor é cada vez mais curto para atender a um número crescente de demandas, não interessa desvendar esta realidade. Quase não se investe em avaliação. Faltam mesmo as pré-condições para estas avaliações. Por exemplo, falta uma sistemática de coleta de dados que permita a construção de indicadores para sua avaliação. Em segundo lugar falta um tratamento adequado dos dados disponíveis que permita avaliar, por exemplo, por regiões da cidade, o desempenho das políticas públicas. O Índice Paulista de Responsabilidade Social, criado pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e implementado pela Fundação Seade há dois anos, é um passo importante no sentido de tornar possível essa avaliação nos municípios do estado de São Paulo.

Mesmo com todos estes avanços, o que se observa é que a participação popular nos conselhos de gestão não tem sido capaz de exercer o controle social sobre as políticas públicas. Embora estes conselhos sejam paritários, isto é, têm a participação de lideranças populares eleitas pelos moradores do bairro ou da região em igual número que os técnicos do governo, estas lideranças não estão preparadas para questionar decisões ou disputar alternativas de políticas públicas com os representantes do Governo.

As experiências de sucesso da participação popular no controle social das políticas públicas indicam que para tornar efetiva esta participação das lideranças populares nos conselhos de gestão é preciso fortalecer sua relação, seus vínculos, com suas entidades, com seus movimentos, torná-los efetivamente representantes de posições elaboradas coletivamente.

*Artigo originalmente publicado no Diário de São Paulo de 13 de janeiro de 2004.